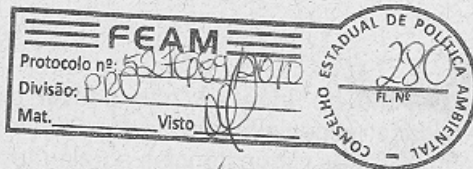


feamFUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

PARECER JURÍDICO

AUTUADO: GERDAU AÇOMINAS S/A (EX AÇOMINAS AÇO MINAS GERAIS S/A)	RECURSO
PROCESSO Nº 00040/1979/056/2005	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2203/2005	
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVE	
PORTE: GRANDE	
ANTECEDENTE: AI Nº 00040/1979/008/1998 e AI Nº 00040/1979/031/2000	

I – RELATÓRIO

A GERDAU AÇOMINAS S/A (EX AÇOMINAS AÇO MINAS GERAIS S/A) foi autuada em 07.04.2005 pela prática da infração grave tipificada no art. 19, § 2º, item 4, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02:

Art. 19(...)

§2º São consideradas infrações graves:

(...)

4 - emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas;

O autuado apresentou Defesa tempestiva.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 29.01.2010, pelo Vice Presidente da FEAM, multa no valor de R\$ 21.282,00.

Foi apresentado Recurso tempestivo pelo autuado.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por dispor resíduos sólidos gerados em seu processo industrial (lama de gás de alto forno) de maneira inadequada nas instalações da Cerisa – Indústria de Cerâmica I. F. Ltda.

No Recurso o autuado alega, em síntese, que:

- Foi aplicada a penalidade de multa sem, anteriormente, se aplicar a penalidade de advertência, conforme estabelecia à época o art. 16, I da Lei 7772/80, antes da sua modificação pela Lei 15.972/06;

- A multa foi fixada no valor máximo sem fundamentação, e, conseqüentemente, foi cerceado o direito de defesa do autuado;

- O Auto de Infração não possui os elementos constitutivos essenciais à sua validade, especialmente: a disposição legal ou regulamentar em que fundamenta a autuação, as circunstâncias agravantes e atenuantes, a ausência de reincidência, as penas aplicadas ao suposto dano ambiental, e a hora da autuação;
- Não foi comprovada a inequívoca existência de dano ambiental;
- Se comprovado dano ambiental, ele ocorreu sem dolo;
- A responsabilidade pelas infrações exaradas no Auto de Infração é imputável a terceiros;
- A destinação da lama de alto forno foi adequada e aprovada pela FEAM;
- Por fim, que devem ser aplicadas as atenuantes previstas no art. 68, I, "i" e "j" do Decreto 44.844/2008.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pela autuada merecem prosperar parcialmente.

A penalidade de advertência, apesar de estar normatizada de maneira genérica na Lei 7772/80, foi regulamentada pelo Decreto 39.424/98, não havendo necessária precedência da advertência à multa, em caso de verificação de infração ambiental pelo fiscal. Ademais, as infrações passíveis de advertência segundo a DN COPAM 61/02 são as de natureza leve ou grave, que não tenham causado dano ao meio ambiente, de forma que o art. 19, §2º, 4 não se enquadra no rol legal que admite penalidade de advertência, a ver:

Art. 1º (...) Parágrafo único. Desde que não importem em danos efetivos ao meio ambiente serão passíveis de advertência as infrações tipificadas pelos itens 1 e 2, do parágrafo 1º e 1,2 e 3 do parágrafo 2º do artigo 19 do Decreto Estadual 39.424, de 5 de fevereiro de 1998.

No que tange à fixação da multa no valor máximo, não tem razão o autuado. De acordo com a consulta ao SIAM, verifica-se a ocorrência de duas reincidências, quais sejam: Processo 00040/1979/008/1998 (infração grave) e Processo 00040/1979/031/2000 (infração grave), sendo portanto aplicável a multa no patamar máximo.

Quanto à regularidade do Auto de Infração, depreende-se que o documento possui os requisitos impostos pelo art. 24 do Decreto 39.424/98, sendo que a ausência dos elementos citados é apenas vício de forma, não caracterizando, neste caso, a ilegalidade do ato, posto que a sua finalidade, qual seja, formalizar a infração à legislação ambiental, em nada prejudica, sendo sanável e sem qualquer reflexo prejudicial à defesa. Há que se considerar, nesse caso, que se tem como melhor atendido o interesse público pela sua parcial validade. Ainda, não houve cerceamento de defesa, sendo que a infração, de natureza grave, foi claramente descrita no Auto de Infração.

No que tange à caracterização do dano ambiental, ressalte-se, por oportuno, que na esfera administrativa a infração é caracterizada não pela ocorrência de um dano, mas pela inobservância de uma regra jurídica, sendo que, o elemento subjetivo dolo ou culpa não é pressuposto jurídico para a configuração da responsabilidade ambiental no âmbito do procedimento administrativo ambiental.

Nos termos do art. 70 da Lei 9605/1998, considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Sendo assim, percebe-se que a responsabilidade ambiental tem natureza objetiva, sendo desnecessária a perquirição de dolo ou de culpa quanto a causar dano ao meio ambiente, assim como quanto à própria prática da infração ambiental, bastando, para incidir a responsabilização do agente, a ocorrência de infração a ele imputável.

Vale dizer, ainda, que a multa administrativa também possui natureza objetiva, tornando-se definitiva independentemente da ocorrência de dolo ou culpa do infrator.

Não é possível alegar responsabilidade de terceiros perante a legislação ambiental. Nesse sentido, entende-se que o empreendedor responde por todos os riscos de dano havidos em razão das atividades do seu empreendimento, independentemente de culpa, entendendo-se como tais os decorrentes de quaisquer fatos que, sem a sua existência, não teriam ocorrido, estabelecendo-se, portanto, o nexo de causalidade no sentido de que quando as atividades de seu empreendimento, ou o fato da localização de suas instalações físicas, de qualquer forma, concorrem para o evento causador do dano, responderá civilmente por este. Diante disto, não há que se falar em aplicação de qualquer uma das seguintes excludentes: caso fortuito, força maior, ato de terceiro.

Desta sorte, em virtude da responsabilidade ambiental objetiva, são irrelevantes para a apreciação da defesa quaisquer alegações que pretendam negar a ocorrência do fato ou a responsabilidade do agente. Isto porque pelo princípio estatuído no art. 14 da Lei 6.938/81, é o poluidor (portanto o gerador do resíduo poluente) o responsável pelo dano, independente de culpa, razão pela qual não poderá este transferi-la ao destinatário final do resíduo, senão posteriormente, caso assim entenda conveniente, por meio de ação regressiva. A responsabilidade do gerador do resíduo perdurará, portanto, mesmo após sua disposição final.

No que diz respeito ao fato da FEAM ter aprovado a destinação da lama do alto forno, tal autorização de disposição dos resíduos não valida, sob qualquer forma, atividades poluentes e degradadoras do meio ambiente. Ora, apesar da destinação dos resíduos ter sido aprovada, houve clara má condução da sua disposição, ocasionando infração à legislação ambiental. Não procede o argumento do atuado.

Por fim, no que concerne ao pedido de aplicação de atenuantes, tem-se que o pedido é procedente. No que concerne à atenuante do Art. 68, I, "I", tem-se que deve prosperar o pedido do atuado, haja vista o plano de manejo apresentado às fls. 275-6, aprovado em 16/04/2010, demonstrando o atuado que a área em apreço

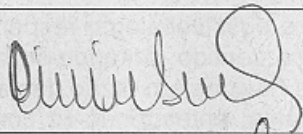
– RPPN Luis Carlos Jurovsky Tamassia é razão de atenuação da pena conforme o decreto 44.844/2008.

Ainda, no que tange a atenuante do art. 68, I, "j", procede o argumento do autuado, pois restou demonstrado que possui "certificação ambiental válida, de adesão voluntária, devidamente aprovada pela instituição certificadora", consubstanciada no Certificado Sistema de Gestão NBR ISO 14001:2004, concedido pela Det Norske VERITAS, com validade até 09/11/2012 (fl. 278). Aplica-se, portanto, a redução de 30% do valor da multa.

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o deferimento parcial do recurso, mantida a multa aplicada, porém alterando seu valor para R\$ 11.706,16 (infração grave, empreendimento de grande porte), e reduzindo-o em 30%, conforme art. 68, I, "i" e "j" do Decreto 44.844/2008, totalizando o montante de R\$ 4.682,56.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2010.

Autor: Larissa Campos de Oliveira Soares Consultor Jurídico OAB/MG 125.288	Assinatura: 
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043.804-2	Assinatura: 